



Anais da Assembléia

N.º 153

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 152.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Aírton Cordeiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielso Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem RONALD MILEU DO PRADO, ocorrido em Cornélio Procopio.

O extinto que faleceu vítima de acidente automobilístico, era filho do Sr. Manoel do Prado, Vereador da Câmara Municipal de Cornélio Procopio, e gozava de toda a estima da comunidade, mercê de sua inteligência e educação.

Requer ainda, que se dê conhecimento à Excelentíssima família, através do seu inconsolável progenitor, Vereador Manoel do Prado.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 1980.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de congratulações à 1a. Igreja

do Evangelho Quadrangular de Curitiba - Cruzada Nacional de Evangelização, pelo transcurso do Jubileu de Prata, a ser comemorado hoje.

Liderado atualmente pelo dinâmico e consagrado Pastor EDUARDO ZDRÓJEWSKI que também é superintendente da organização religiosa na Grande Curitiba - a mencionada igreja tem se destacado pelo ativo trabalho em prol do soerguimento espiritual e moral da sociedade curitibana.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à diretoria da entidade homenageada.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE LOUVOR E APLAUSO, bem como a inserção deste teor nos Anais desta Casa, ao programa "A VOZ DO POVO", levado ao ar diariamente no horário das 10 às 12 horas, através da Rádio Tapajós de São José dos Pinhais, neste Estado, e ao seu ilustre apresentador, radialista Jorge Nassar.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Nossa atitude prende-se ao fato primeiro, de que o programa "A Voz do Povo", visa acima de tudo bem informar a opinião pública paranaense de forma simples, objetiva e direta.

E mais ainda, pela retidão jornalística que é dada as informações levadas ao ar, pelo seu apresentador, o ilustre ex-Deputado pelo PTB, Jorge Miguel Nassar, que ocupou este Poder de 1958 até o dia 29 de abril de 1969, quando foi cassado, ficando marginalizado, no setor político e radiofônico de nosso Estado.

Seu retorno às atividades radiofônicas, com seu tradicional e conhecido "A Voz do Povo", vem em muito e na época exata, auxiliar diretamente a opinião pública, nos mais diversos setores do dia-a-dia de nossa conturbada sociedade, às vezes mantida também à margem dos acontecimentos, pela falta de divulgação e esclarecimentos, sem o sensacionalismo barato do interesse auto-promocional.

Ao ex-Deputado, ao radialista, ao homem Jorge Miguel Nassar, nosso reconhecimento pelo brilhante trabalho que vem realizando na radiofonia paranaense.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao jornal "FOLHA DO PARANÁ", por ter completado a sua centésima edição ininterrupta.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Guarapuava vinha crescendo a passos largos e precisava contar com um jornal local que representasse os anseios desta comunidade.

De repente, surgiu nesta cidade um jornal independente,

que vem levando diariamente uma mensagem séria defendendo os interesses da sua comunidade, criticando e defendendo sem jamais em momento algum cair no lugar comum.

E se isso não bastasse esse conceituado jornal do Oeste do nosso Estado, foi buscar em Santos, o jornalista de renome nacional, Guaracy Ribas, para levar em frente esta empreitada.

Guarapuava está de parabéns por contar com este conceituado órgão de imprensa, que completa hoje a sua centésima edição ininterrupta.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Rondon, HARTO MUKAI, extensivo à Câmara Municipal, contendo votos de louvor pela comemoração do Jubileu de Prata, de emancipação política daquele município do Noroeste paranaense.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1.980.

(a) LAZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA

O progresso alcançado pelo Município de Rondon, nestes vinte e cinco (25) anos de emancipação, principalmente no setor agropecuário, merece toda a nossa atenção, e nada mais justo que se faça constar dos Anais deste Poder Legislativo, o registro de seu Jubileu de Prata, demonstrando todo o nosso carinho e respeito pelo trabalho desenvolvido pelo povo daquele município, que muito tem colaborado pelo progresso de nosso Estado e de nosso País.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública do Estado, solicitando melhorias no aparelho policial do Município de Toledo, conforme aprovação unânime pela Câmara Municipal de Toledo de requerimento do Vereador Wilmo Marcondes.

Requer, ainda, envio de expediente, contendo o teor do presente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal de Toledo

Sala nas Sessões, em 4 de dezembro de 1.980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA

1) Há um crescente aumento de assaltos, roubos e furtos na região Oeste do Paraná, em especial no Município de Toledo, como consequência de um sistema econômico marginalizador. E a Delegacia de Polícia daquele município não possui, ao menos, combustível para realizar as diligências necessárias.

2) Aquela Delegacia não possui também um veículo para atender exclusivamente suas tarefas, o que coloca ainda mais em risco a segurança da população.

3) Acresce-se, ainda mais, que a situação é tão caótica, chegando ao ponto de o aparelho de rádio daquela delegacia estar com defeito há mais de seis (6) meses, sem que até o momento não ter sido providenciado o seu conserto.

4) Urge, portanto, providências urgentes, visando a melhoria do serviço policial na Delegacia de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Depu-

tado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados, distinto público que hoje nos honra com a sua presença.

Recebi esta semana requerimento de autoria do nobre Vereador Victório Moretti, aprovado por unanimidade pela egrégia Câmara Municipal de Cascavel, salientando denúncia muito grave, onde o maior prejudicado é o pequeno produtor.

Realmente, o fato aqui relacionado por esse vereador, encontra grande semelhança ao que acontece a nível de cooperativismo em Mal. Cândido Rondon, enfim, em toda a região, e por isso achei de relevância, Sr. Presidente, fazer essa denúncia aqui na Assembléia, desta tribuna, e traçar os devidos parâmetros.

Diz o Vereador que a firma Miotto e Cia. Ltda., da localidade de Rio das Antas, Município de Cascavel, contra ou com a Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. — COOPAVEL - efetuou a compra de três mil sacas de milho comercial ao preço unitário de Cr\$ 400,00 a saca, num total de 1 milhão e 200 mil conforme pedido número 42.687.

Como produtora de suínos, a firma associada pretendia inicialmente a compra de cinco mil sacas de milho comercial, sendo preterida nesse sentido, devido ao fato da Cooperativa haver justificado a escassez do produto e a necessidade do estoque ter que ser rateado entre os demais associados.

Mesmo assim a firma Miotto e Cia Ltda., tomou conhecimento da venda de onze mil sacas do produto a terceiros, e terceiros não associados à COOPAVEL, após assinatura do pedido, enquanto aguardava a liberação do financiamento já aprovado.

E aí começa o "chuncho" contra os pequenos criadores e produtores mesmo associados.

Essa talvez seja a medida para fixar o homem ao campo. As normas para venda de milho que a associada desconhecia, estipulada a reserva não confirmada até o dia 13/9/80, somente poderá ser retirada, pagando-se o preço do dia da retirada.

Neste caso, nesta denúncia segundo o ilustre Vereador Moretti, a associada fez seu pedido em 12/9/80, sendo que a proposta foi aprovada em 15/9/80.

Não tinha condições de confirmar a reserva até o dia 13. E a Cooperativa tinha conhecimento dessa impossibilidade, agindo de má fé para com a associada, vendendo-lhe o milho a Cr\$ 400,00 a saca para depois cobrar-lhe um preço superior.

Final de contas, qual é o sentido do cooperativismo? Para que existem as cooperativas? Para lesar os associados? E principalmente os pequenos lavradores?

E reitero, nesta oportunidade, a pergunta feita pelo Vereador Moretti: querem as cooperativas seguir a mesma política das multinacionais, das quais digo eu que são entrepostos, visando exclusivamente o lucro exagerado? Não é possível calar-se diante de tais abusos e aberrações, pois o pequeno produtor, além de prejudicado em seu ganho devido aos altos juros bancários, é ainda prejudicado pela própria cooperativa da qual é associado e depois para resolver problemas como esse, da suinocultura, somente em caso de polícia e de exército. E tem razão o Vereador Victório Moretti ao afirmar que diante desta política prejudicial aos pequenos produtores, paulatinamente as grandes empresas vão assumindo o monopólio da criação de suínos e provocam o aumento no preço do produto e seus derivados, e aguardando, diante dessa denúncia, que as cooperativas reformulem sua política, no sentido de evitar tais absurdos em detrimento de seus associados e pior ainda, gerando dúvida no conceito de cooperativismo enunciado por elas mesmas. Aliás, a semelhança nesse aspecto, para comprovar o atrelamento das cooperativas às grandes empresas ou a pessoas de influência, de amigos da direção em detrimento do

pequeno e médio produtor, temos o caso em Mal. Cândido Rondon, denunciado inclusive nas assembléias daquela cooperativa, onde o comprovadamente "chuncho" se deu entre o Prefeito Werno Sherer e o ex-secretário da cooperativa que, coincidentemente biônico, antecessor do atual mandatário, em semelhante operação comercial.

Portanto, encerrando, Sr. Presidente, conclamamos às cooperativas à moralidade, para que venham se constituir dentro de seus princípios, em órgãos que estejam em defesa, que também ajudem a propalada e não cumprida propaganda de querer fixar o homem ao campo, principalmente o pequeno produtor para que reexamine os seus princípios de moral, para que reexamine a moral daqueles que dirigem que costumam fazer "chuncho" entre seus inimigos, principalmente quando são prefeitos biônicos nomeados como o Secretário de uma cooperativa, que fazem grandes negociações com outros prefeitos biônicos que os antecederam.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era nosso propósito, formular um requerimento endereçado ao Ministério da Justiça. Para questioná-lo sob que condições o Ministro da Justiça deixa o seu alto cargo em Brasília, para ir ao Estado do Pará, buscar uma conciliação de dois grupos governistas. Um liderado pelo Líder do Governo no Senado Federal o Coronel Jarbas Passarinho, e o outro, o Governador biônico Alacide Nunes, que agora aprofunda uma crise no interventor do Estado, do Norte do Brasil, da Amazônia.

Sr. Presidente, este requerimento seria formulado para indagar, quem está pagando a mordomia desta viagem do Sr. Ministro da Justiça. Se é o Governo Federal, se é o Ministério da Justiça e em última análise, o povo. Ou é o seu partido, o seu partido político?

Porque num País onde se fala a todos os cantos e em todos os meios de comunicação, que há uma virtual necessidade de contenção de despesas, num País onde se fala tanto em mordomia, onde se fala tanto em gastos exagerados e inflação, e que o Governo nada fez para conter o ímpeto inflacionário. E quem paga, Sr. Presidente, este disparate de gastos públicos? É o contribuinte. E eu já tenho afirmado, desta tribuna, são as famílias mais pobres deste País que pagam estas altas mordomias.

E por que? Porque tanto consome alimento a criança de 1, 2, 3, 4, 5, 10 anos, como também uma pessoa de 50 anos. E quais as famílias que têm mais pobres neste País? As famílias de mais baixa renda.

Então, Sr. Presidente, é de se indagar, se realmente este é um País sério? A pergunta que nós deixamos aqui, e que deve ser respondida pelo Governo: é se muitas das mordomias, muitas das viagens em outras palavras, estão sendo custeadas possivelmente pelo Governo, quando deveriam ser às expensas dos partidos políticos.

Porque no nosso Partido e em outros Partidos de Oposição, quando há divergência de natureza política, ou Deputado ou Senador interessado na área, por ser eminentemente política, de natureza exclusivamente partidária. As despesas correrão por conta do representante da área, e não pelo Governo.

Fica aqui, Sr. Presidente, a indagação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro:— Quem paga as viagens do Ministro e com o aparato de Ministério que está sendo feita ao Norte do Brasil para criar um clima de paz, de tranquilidade, onde não existem, onde não há participação popular, diga-se

a bem da verdade. O povo só é chamado para pagar impostos, mas nas decisões o povo não participa; e participa no pagamento de mordomias, mas não participa nas decisões e no norteamento dos Governos que hoje estão instalados no País em todas as capitâncias hereditárias chamadas de Governo.

Sr. Presidente, fica aqui o protesto do PMDB do Paraná, se já não foi feito a nível federal, para que o Ministro pelo menos responda à Nação brasileira que custeia as despesas de todo este País.

Quem está pagando as despesas de viagens e os custos exagerados da sua viagem de conciliação, entre o Coronel e o Interventor do Estado da Amazônia?

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hélio Beltrão, empresário e Ministro da Desburocratização será homenageado com o título "Homem de Visão de 1980", em cerimônia que se realiza no dia 8 do corrente, em São Paulo.

A láurea de Homem de Visão é tradicional nos meios empresariais brasileiros há 25 anos, tendo destacado importantes figuras da vida nacional, dos setores públicos e privado, entre os quais os empresários Renato Costa Lima, Roberto Marinho e Ermírio de Moraes. E os políticos Magalhães Pinto, Paulo Malluf e outros nomes respeitados na iniciativa brasileira.

A escolha de Hélio Beltrão como Homem de Visão de 1980 mantém a tradição de destaque dessa tradicional premiação da Revista Visão, sob a liderança atual de Henry Maksoud.

Hélio Beltrão, um homem que aprendemos a admirar, desde quando ocupou o Ministério do Planejamento, sob o Governo Costa e Silva, é um empresário de sucesso no Rio de Janeiro. Sob a sua batuta se consolidou um dos mais vigorosos grupos nacionais, disputando terreno com as empresas multinacionais e estatais, num terreno difícil como o da indústria química.

Mas foi à frente do Ministério Extraordinário para a Desburocratização que Hélio Beltrão se sagrou merecedor do respeito da opinião nacional.

Nessa Pasta, ele procura ajudar o Governo Federal, e por indução, os estados e municípios, a se livrarem das montanhas do papelório inútil, que representam uma tremenda sobrecarga para o nosso esforço de desenvolvimento. Porque a burocratização tem um custo social invisível, que rebaixa afinal o padrão de vida já tão modesto da população brasileira.

Por isso o burocratismo, o entrave à prestação dos serviços devidos pelo Estado ao cidadão, deve ser combatido como o inimigo número um.

Beltrão tem conseguido levar o Governo a editar decretos simplificadores do relacionamento do cidadão com o Estado, em um número crescente de situações.

Sua colocação é a de que devemos confiar no homem e não no papel; que o cidadão é, por definição, honesto; que a pretexto de segurar um punhado de desonestos, não podemos infernizar a vida da maioria das pessoas honestas; que, enfim, o Brasil tem pressa e não pode ficar peado nas malhas da burocracia.

Vencer a inércia do papelório inútil, do despacho redundante, do absurdo fiscal, não é fácil. Por isso todos temos que estar alertas, para apoiar Beltrão nesta cruzada que é a contrapartida lógica da abertura que estamos usufruindo.

Se há, portanto, neste País, um homem que possa ser agraciado com o título de "Homem de Visão", não há dúvida que seja o empresário e Ministro Hélio Beltrão.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença nesta Casa de professores e alunos da escola que leva o nome do ex-Deputado Estadual, de saudosa memória, João Antônio Braga Côrtes, da Cidade de Apucarana.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais um ano legislativo vai se encerrando, nesta semana, e este ano de 1980 foi particularmente importante para o processo social brasileiro.

Foi importante, Sr. Presidente, na medida em que a sociedade civil, archoada durante 16 anos por um processo autoritário de poder, agora começa a sua organização, a arregimentação dos mais variados segmentos sociais e passa, tranquilamente, a exigir maior participação no poder decisório nacional.

Por muitas e muitas vezes esta tribuna foi ocupada por homens da oposição, naquela luta difícil que toda a oposição tem, dentro de um regime autocrático, cujo maior pecado tem sido exatamente a falta de legitimidade de poder.

Sei historicamente, Sr. Presidente, toda autocracia e todo o regime autoritário, perseguem um objetivo único, que é o da perpetuação no poder, da continuidade da mesma estrutura de poder; paralela e conseqüentemente, a perseguição deste objetivo tem gerado, na sua esteira, conseqüências também muito sérias e muito graves para a Nação.

Tornou-se lugar comum, Sr. Presidente, falar-se em modomia. Tornou-se chavão comentários sobre os mais diversos atos de corrupção, mas isto também, dentro de um enfoque histórico, constitui um grande instrumento para que os autocratas se perpetuem no poder.

Gostaria aqui, neste instante, nesta hora em que praticamente se encerra o período legislativo, quando a praxe universal dos Parlamentos quase que determina e obriga que as lideranças da bancada ocupem os seus horários, para momentos e instantes de confraternização, de agradecimentos, e de análises crítica dos pontos favoráveis, obtidos e conquistados, no decorrer de mais um período.

Gostaria, reputo, Sr. Presidente, de parafrasear a Mensagem de Natal de Pio XII no ano de 1957, quando abordando o problema de materialismo no mundo, dizia que o homem perdeu a noção do pecado.

E parafraseando esta expressão, gostaria também de dizer: que de tanto casuismo, de tanta legislação específica, para a obtenção da continuidade de poder, da perpetuação da estrutura de poder que aí está, utilizando-se o autoritarismo dos meios mais excusos e mais repelidos pela consciência cívica da história, usando os aparelhos de repressão, usando as armas da intimidação, disseminando e divulgando a mordomização do serviço público, corrompendo costumes e violando a integridade cívica do cidadão.

Gostaria também, Sr. Presidente, de parafrasear Pio XII e afirmar que a Nação está perdendo também a consciência do estado do delito, da descência e da dignidade.

Tantos e tantos episódios neste ano de 1980, Sr. Presidente, que em qualquer democracia que prime efetivamente pela legitimidade, de poder, pela ligação com as bases populares, tantos e tantos episódios, cada um de per si, cada um individualmente serviria para derrubar um Governo e provocar a alternância do Poder.

Mas a Nação está sendo anestesiada e está também perdendo a noção da descência e da dignidade.

E este é um dos frutos históricos, Sr. Presidente, de todo Estado autocrático e de todo autoritarismo.

O que dizer, Srs. Deputados, de 16 anos onde o classes estudantis foi encoado à margem do processo social e au-

dizer, Sr. Presidente, de 16 anos em que os trabalhadores foram garroteados pelo arroxo salarial; o que dizer, Srs. Deputados, de 16 anos, em que os camponeses foram tangidos dos seus campos, da agricultura e obrigados, a de um lado perder a sua identidade cultural, e a de outro, Sr. Presidente, comer o pão que o diabo amassou, nos anéis periféricos de miséria de humilhação e de pobreza dos grandes conglomerados urbanos, fruto de uma sociedade consumista que beneficia e privilegia uma minoria, mas onera, penaliza e castiga a grande maioria do povo brasileiro. Eu já não diria e não citaria os exemplos individualizados que fariam a sociedade civil de qualquer democracia se rebelar contra aqueles que lhe impõem o jugo da ilegitimidade de poder. Mas cada ato de per si, seria caso de uma alternância e de uma troca de poder. Entretanto aqui estamos, Sr. Presidente, no ano de 1980, ano que pelas promessas, ano que pelas palavras, ano que pelas reformulações do sentinela máximo do Poder instituído neste País, seria o ano da redemocratização, o ano da abertura, o ano da participação.

E observamos, isto sim, uma reformulação partidária que não é para valer, mas é para impedir a alternância do poder, tendo um partido que crescia, que se legitimava, a partir eleição após eleição, pela adesão popular. E um partido que embora sendo maior do Ocidente, sofria também do mal do gigantismo, da anemia do gigante.

E aí está a reformulação partidária, no dizer do antigo sentinela do Poder, General Ernesto Geisel: "é a mesma coisa do passado, com roupagem nova". E eu direi, também, Sr. Presidente, ao decantado projeto de abertura passa a ser, isto sim, uma nova maquiagem do mesmo autorismo de 16 anos que pretende se perpetuar, mas que sente, diante de si, a resistência da sociedade civil; que sente, diante de si, segmentos novos, forças sociais emergentes, que não podem admitir a sua continuada, perpétua e definitiva marginalização do processo social brasileiro.

Então, Sr. Presidente, o Ato Institucional número 5 não foi extinto pelas benesses do Olimpo, mas foi esta extinção a semente plantada com a vida de tantos e tantos democratas; regada pelo sangue de tantos e tantos torturados; molhada pelas lágrimas de tantas e tantas viúvas e de tantos e tantos órfãos.

A anistia, Sr. Presidente, que não foi geral, que não foi ampla, que não foi irrestrita, que foi entretanto, fruto do sacrifício de toda uma geração que, hoje, chega à casa dos 30 anos, sem nunca ter participado da escolha de um Presidente da República, de um Governador de Estado, de um Prefeito Municipal. Sem ter tido o direito sequer de escolher a sua representação estudantil, em sua escola.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Líder Renato Bernardi, Vossa Excelência, a exemplo do costumeiro passar por essa tribuna, traz, aflora sempre os problemas mais profundos da sociedade brasileira e aborda, com a maior tranquilidade e segurança, todos esses casuísmos que a legislação vem correndo.

Tenho dito, eminente Deputado, não vivemos um regime de constitucionalidade. Há uma confusão indiscriminada neste País, inclusive nos meios intelectuais, em que legalidade, ou legalismo se confunde com legitimidade, que é outra coisa.

Legitimidade tem como fonte a consulta, o plebiscito, o voto, o chamamento da Nação, para o ordenamento jurídico da sociedade brasileira. Isso não acontece há mais de 16 anos, no País. E as coisas, e todas as coisas condenáveis pela sociedade, a exemplo do que aconteceu no Uruguai recentemente, é fato indiscutível que o povo brasileiro está indisposto com o seu governo, com o seu desgoverno é verdade.

Falar-se que nós estamos num regime de abertura, nunca ou acreditar nas palavras oficiais. Acabou-se o AI-5, mas introduziram-se na Constituição neste retalho que eles chamam de

Constituição, para enganar os incautos. Aí está a Lei de Segurança Nacional em que Deputado não se pode pronunciar contra a corrupção indiscriminada que está neste País.

Asseguram-se contra um fantasma que já não se acredita mais no Brasil, que é o chamado - comunismo -. Até aqui mesmo nesta Assembléia, ousam, ousam e eu quero fazer esse pequeno aparte, ousam dizer, sem o menor respeito, sem a menor educação, assacar contra um Deputado, dos mais laboriosos deste Estado do Paraná, que está ao meu lado, Deputado Gernote Kirinus, acusando-o de ter ido a Cuba e por isso ser comunista, um Pastor, meu Deus do Céu!

Que País é este, poderia dizer o interventor de Minas Gerais, Francelino Pereira? Erasmo Dias está na Rússia. Erasmo Dias, nós sabemos, é o representante da maior e mais extrema-direita desse País, reacionário e que inclusive se elegeu, segundo a imprensa, se elegeu protegido na marginalidade. Isso é assunto que eu não vou discutir, porque a imprensa nacional já discutiu e na Câmara Federal já se discutiu sobre este aspecto.

Mas o problema maior, Deputado, aí está. A sofisticação, o misticismo do regime. Veja Vossa Excelência: recentemente um Juiz precisou de arma em punho para poder defender o prédio da UNE que representa uma organização, que representa o pensamento da juventude universitária brasileira.

Destruíram o prédio querendo destruir o pensamento do estudante.

Ora, meu Deus do Céu, idéias não se destroem materialmente e eles procuraram através da tortura, e gastaram dois bilhões de dólares adestrando homens brasileiros para torturar neste País, conforme o movimento no começo deste ano.

Então Vossa Excelência aborda com a maior segurança. E quem paga isto Deputado? Quem tira vantagem? Há um complô econômico, de um regime altamente capitalista em que faz do povo brasileiro, instrumento de lucro dos que estão mandando, sejam multinacionais ou sejam os donos do poder. É preciso, nesta hora de crepúsculo do ano de 1.980, quando começamos uma outra década, é preciso que o povo brasileiro saiba o que representa a Oposição neste País. Por que é Oposição neste País? Por que bradam as vozes da Oposição? Não é para buscar uma mordomia no lugar dos que estão usando da mordomia, não. É para que a própria Nação brasileira se rearticule e se reorganize para formar uma Pátria amada por todos, defendida por todos, em que todos sejamos realmente iguais perante a lei.

Por isso cumprimento Vossa Excelência, que fala em nome da nossa bancada e é preciso que este Parlamento, pelo menos deixa nos seus Anais, para o historiador do futuro indagar com quem está a verdade.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e sei que esse pensamento expresso por Vossa Excelência, acoplado ao pensamento que nós expressamos nesta tribuna pela Liderança do nosso partido, representa o pensamento unânime e consensual de todos os homens livres e democratas deste País e principalmente de nossa bancada.

Antes de ceder o aparte a Vossa Excelência, devo conceder aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Chegamos ao final de mais um ano, o último Grande Expediente do ano de 1.980 e a gente que usou tanto da tribuna, denunciou. Mas os nossos gritos se perdem no vazio, e a gente passa mais um ano realmente angustiado com a situação sócio-econômica do País.

Veja por exemplo, nobre Deputado, a visita do 5.º Chefe da Junta Militar, General João Baptista de Oliveira Figueiredo,

ao Paraná, no dia de hoje. Esteve em Londrina pela manhã, já deve estar chegando aqui pela Capital. Eu entendo que segurança é necessária, afinal é um Chefe de Governo, embora para mim ilegítimo, porque não teve o aval popular.

Mas, depois do episódio de Santa Catarina, o que se nota são esquemas de segurança que chegam a assustar o próprio povo, é o que ocorreu em Londrina, na visita esta manhã do Presidente. Dá impressão de que em cada esquina, de cada janela de prédio, de cada buraco da rua, vai surgir repentinamente um terrorista com um arsenal nas mãos, para assassinar a comitiva presidencial.

O medo do povo, o receio do contato livre, aberto e fraternal, faz com que o Chefe da Nação se sinta um estranho no meio do povo, que na verdade, o é. Apesar de algumas virtudes, em mandar muito pouco. Figueiredo, não é o maior culpado, mas ele está invalidando, legitimando esse regime e o sistema que aí estão.

Em Londrina, de uma semana para cá, um aparato dia e noite atrás de pessoas que poderiam fazer pichações em muros, ou portar faixas, até crianças são vigiadas e um outro detalhe, sanitários de um grande restaurante de Londrina, estão há uma semana fechados, sem ninguém poder usar. Isto desde sexta-feira da semana passada, porque o Presidente da República, o Chefe de Plantão desta Junta Militar, estaria hoje em Londrina.

É o retrato da bioncidade, o retrato de quem não foi eleito pelo povo e tem medo desse povo. E o exemplo do plebiscito do Uruguai está aí, e não deve ser ignorado pelo Governo brasileiro. Chegamos ao final de 80, nobre Líder Renato Bernardi, com o dique mostrando rachaduras e isto é muito perigoso, com o estopim praticamente aceso. O País caminha para dias negros, a fome, a inflação, o entreguismo, a corrupção, vão levar este País a uma insurreição popular, a um desforço de irmãos, e é preciso evitar que se chegue a esse ponto trágico. Porque o brasileiro é um povo cristão, e não quer mudar estruturas pela violência e sim através do diálogo, de meios pacíficos.

Que se faça neste País um plebiscito, se o povo deseja ou não a sequência deste regime. E se houver um não do tamanho do Brasil, ao Governo, que eles tenham a dignidade de renunciar. Desde o Presidente Figueiredo até o último Secretário ou Ministro. Ou os donos do Poder colocam as decisões a nível popular, ou os brasileiros vão escolher o seu destino pelas próprias forças, pelas próprias mãos.

O fim está próximo. E o Governo trocando Governador como no caso do Mato Grosso, ou sendo paracheque de briga de interesses pessoais lá no Pará, entre o Passarinho e o Alacide. Ou então, tirando um Ministro liberal do Ministério da Educação, para colocar um General de Brigada, por sinal, de comunicação, ele deve entender, porque foi o que anunciou à televisão, que a ARENA havia ganhado a eleição, quando o MDB havia feito cinco milhões de votos a mais.

Então, o País caminha para o caos, para dias negros. E é preciso a classe política evitar esse desfecho, que não é bom para ninguém, nobre Deputado. Mas a situação está aí e para mudar é muito difícil, a não ser que os homens do Governo se conscientizem, de que é preciso fazer um País para brasileiros. Fechar as fronteiras deste grande País continente, esquecer a dívida externa. Que a dívida externa é dinheiro que as multinacionais roubaram do nosso povo.

Nós não temos obrigação de pagar a dívida externa.

A Rússia não pagou e a China também não! Vamos enquadrar essas multinacionais! Vamos por na cadeia quem devia estar na cadeia, que são os grandes ladrões de casaca deste País que estão em Brasília, nos Palácios de Governo, nos Ministérios e vamos fazer um País para brasileiro, antes que seja tarde demais, nobre Deputado.

Obrigado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — Já darei. Agradeço o aparte entusiasmado e inflamado de Vossa Excelência, que bem caracteriza o estilo com que Vossa Excelência tem desempenhado o seu mandato, mas que apenas tem engrandecido esta Assembléia e este Parlamento.

Tem o aparte o nobre Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Meu caro amigo Deputado Renato Bernardi, em primeiro lugar Vossa Excelência me conhece bem e eu a Vossa Excelência, porque felizmente somos oriundos da mesma base política do Paraná, o Noroeste, mais exatamente Maringá. E diria a Vossa Excelência, Deputado Renato Bernardi, que a nossa diferença é muito pequena; as idéias que Vossa Excelência prega, defende e luta por elas, são muito pouco diferentes daquelas que eu também tenho ao longo da minha vida pública defendido, pensado e procurado seguir.

Mas a diferença, talvez não essencial nas nossas colocações, Deputado Renato Bernardi, seja com relação aos efeitos de tudo isso. Eu acho e defendo isso, que nós não podemos, sob pena de um real retrocesso, ignorarmos as conquistas feitas. Eu acho que esta realmente é a grande diferença que separa a minha posição ideológica da de Vossa Excelência. No demais, as nossas preocupações são comuns.

Deputado Renato Bernardi, nós não podemos, sob pena talvez se efetivarem os maus preságios do Deputado Fiori Luiz, que infelizmente apesar da sua veemência prega luta armada, prega sangue, porque o que ele disse agora há pouco foi realmente muito contundente e muito perigoso numa hora tão difícil que o País atravessa.

E eu gostaria de dizer também ao Deputado Fiori Luiz que, problema de segurança aos mandatários legítimos ou ilegítimos, não vem ao caso discutir, isso é comum no mundo inteiro. Talvez não se possa negar, poderemos ter nossas restrições e eu tenho muitas restrições ao Governo Americano, a forma do capitalismo americano, mas não podemos negar que eles de certa forma representam, talvez a democracia mais plena que existe no mundo ocidental. E lá Kennedy foi morto, numa rua, num momento de glória política, porque existiam milhares de pessoas em Dallas, quando ele recebeu um tiro.

Lincoln foi morto num teatro norteamericano, eleito pelo povo, direto, voto direto do povo americano. O candidato, irmão de Kennedy, Bob Kennedy também foi morto em campanha política. Quer dizer, não é porque a pessoa tenha voto popular, seja eleito por ele ou não, é que se dispensam os cuidados e as seguranças. Porque estão por aí milhares no mundo inteiro de loucos, de homens que estão apenas atrás, talvez, de uma grande manchete por terem feito um crime político desta natureza.

Por isso Deputado Renato Bernardi, eu discordo de Vossa Excelência em parte. E só ratifico, mais uma vez, a posição que já explanei deste plenário dando um aparte a outro Deputado, companheiro seu, com relação que não se pode negar certas evidências deste País. Concorde que foi a pressão do povo brasileiro, da sociedade civil e militar, porque existem homens bons e maus com farda ou sem farda; com beca ou sem beca, com vestimenta de pastor, ou de padre e sem vestimenta de pastor ou de padre, esta é a grande verdade.

Existem militares altamente democratas; existem militares altamente contrários aos interesses nacionais. Vossa Excelência mesmo é testemunha disso. O seu partido teve um militar General, como candidato a Presidente da República, que foi o General Euler que, numa tentativa de que se fizesse uma frente ao então General Figueiredo, tentou-se esta fórmula que acho válida e justa. Agora, Deputado Renato Bernardi, ignorar que nós hoje, graças a Deus e graças ao povo e graças

à conquista que este País tem feito em prol da democracia que todos defendemos, - está aí a imprensa para negar ou não se existe hoje censura de imprensa, se existe algum preso político neste País, se existe hoje uma emenda constitucional para que se faça eleição direta para Governadores de Estados; enfim, uma série de medidas que foram tomadas pelo Governo em função, evidentemente, de todas as pressões sociais que se fizeram durante tantos anos no País.

Sempre fui contra ditadura militar. Vossa Excelência é testemunha de minha atuação em 74-78, quando era tido como rebelde, como homem não alinhado em meu partido, porque sempre defendi a democracia, eleição direta, tantas coisas mais e continuo defendendo hoje, mas sou um homem que me diferencio de Vossa Excelência por um motivo apenas, porque reconheço as conquistas já feitas, os passos já dados e temos que reconhecê-los. Concorde com Vossa Excelência que existem muito mais passos a serem dados. Precisamos nos unir, Deputado Renato Bernardi, a classe política deste País precisa se unir, reconhecendo as evidências cristalinas e que estão aí consolidadas, mas para podermos alcançar no futuro isto sim, o sonho de todos nós brasileiros, que é de conquistar um País amplamente democrático.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Presidência alerta Vossa Excelência que falta apenas um minuto para que Vossa Excelência conclua seu pronunciamento.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Pode falar no horário da Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Assim sendo, Vossa Excelência tem mais quinze minutos.

O SR. RENATO BERNARDI — Estou sentindo que o meu pronunciamento ...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — ... passa a ser um rodízio de apartes e gostaria de colocar em seguida darei o aparte. Em relação ao aparte do Deputado Gabriel Sampaio, quando diz que há uma diferença entre nós, parece-me que é do reconhecimento da autoria das conquistas. No momento em que o partido, ao qual Vossa Excelência está engajado, procura atribuir ao General Figueiredo, ao General fulano de tal, ou Ernesto Geisel, ou Médici, Costa e Silva, determinadas conquistas, eu contesto e digo que foi, isto sim, o sofrimento do povo brasileiro, o sofrimento da nossa sociedade que conquistou com lágrimas, com sangue, com suor, com morte, com tortura, enfrentando um dos aparelhos repressivos mais sofisticadamente instalados no Cone-Sul, exportando tecnologia para o Chile, para o Uguauai, para o Paraguai e, quem sabe, para outros lugares. É uma diferença que me pareça fundamental.

Como acredito que o autor da fissura que se está abrindo na estrutura do poder, não é nenhum reponsável de plantão por esta estrutura, mas sim o nosso povo, mas sim os nossos sindicatos, mas sim a sociedade civil como um todo, então acredito também que perigo de retrocesso não haverá; porque se fosse uma concessão do Olimpo, se fosse uma concessão arbitrária de quem está no Poder, aí sim o perigo do retrocesso existiria, porque a sociedade civil estaria sendo tratada como um infante imaturo a quem ora se oferece um prêmio, ora se ameaça com castigo, ora se acena com uma promoção, ora se levanta a hipótese de uma detenção. Eu nada tenho, Deputado Gabriel Sampaio, eu nada tenho, Srs. Deputados, eu nada tenho, Sr. Presidente, o PMDB nada tem contra qualquer militar, cida-

dão como todos nós, apenas guardado; mas que por ser cidadão como todos nós, têm também os mesmos deveres e as mesmas obrigações, que todos nós temos, com uma sociedade civil, com a história nacional, com a memória da nossa Pátria. E isto alguns faraldos não têm mostrado no decorrer desses 16 anos.

Nós somos, isto sim, contra a violência do militarismo; nós somos contra a violência do autoritarismo; nós somos contra a opressão da arbitrariedade. E nós não aceitamos qualquer tipo de tutela, externa ou interna, para conduzir os destinos da Nação brasileira. Respeitamos as Forças Armadas, sabemos que elas tiveram um papel histórico importante; sabemos que elas têm um papel histórico importante. Mas sabemos também que eles, como nós, têm o seu roteiro, têm o seu caminho, traçado e balizado por preceitos constitucionais, de cuja constituição eles devem ser os guardiães e jamais outorgantes impositivos, tutores ou pais da Pátria.

A Pátria a ninguém pertence, porque pertence a todos. Tem o aparte o Deputado Nilso Sguarezzi.

O Sr. Nilso Sguarezzi — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e queria inserir no discurso de Vossa Excelência, quando se fala em Forças Armadas, o aspecto no meu entendimento grave, que as nossas Forças Armadas, passarão a ter, agora que se inicia o Governo Reagan.

Ontem a imprensa internacional, divulgou os estudos da equipe de Reagan, que pretende reforçar as Marinhas do Brasil e da Argentina, como condição de defesa do Continente Americano.

Espero, nobre Deputado Renato Bernardi, que o nosso Governo tenha a sensatez de não cair nisto que seria a verdadeira opressão do militarismo sobre a sociedade civil. O Brasil não está em condições de entrar numa corrida armamentista. O Brasil é um País pacífico que não pode se vincular àqueles que querem disputar a hegemonia armamentista do mundo. E se as nossas Forças Armadas entrarem nesta corrida desviada do armamentismo, tenha certeza Vossa Excelência que elas assumirão perante a história não só do Brasil, mas do próprio continente Sulamericano, porque estão na condição de liderar este continente, assumirão um risco que nós haveremos, talvez não nós mas as nossas gerações futuras, de lamentar tremendamente, porque os que pretendem fazer a guerra, nunca vão buscar a paz.

E quero dizer a Vossa Excelência, que de toda a discussão feita, aproveitar o aparte para prestar uma justa homenagem, ao Presidente João Figueiredo, quando vem ao Paraná. Entre as boas notícias que com certeza ele estará trazendo, nós não podemos esquecer aquela que foi dada a conhecer e que está vigorando hoje, que é a notícia de que o álcool passou a 27,40 o litro, a gasolina, 51 e o gás de cozinha, 250 o botijão. Infelizmente uma notícia que deixa os brasileiros com um sorriso na face, cheios de satisfação, morrendo de felicidade. Devem bater palmas ao nosso Presidente.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, concederei um breve aparte ao Deputado Fiori Luiz e depois ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Fiori Luiz — Apenas para aclarar uma colocação do preclaro e ínclito companheiro Gabriel Sampaio, porque estão confundindo Jair com Jari.

Porque disse que a corrupção, o entreguismo, a fome, vão levar este País a uma insurreição popular, o que devemos evitar.

E vou repetir, em câmara lenta, "que devemos evitar". As notas taquigráficas estão bem claras, nobre Deputado. Era isso.

O SR. RENATO BERNARDI — Tem o aparte o Deputado

Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Renato Bernardi: ao fazer esse balanço geral do ano legislativo que se finda notamos, mais uma vez, como integrantes da Bancada do PDS, que se conhece, já de memória, a Lei de Segurança Nacional.

Quando chamamos alguém de comunista, existe um artigo na Lei de Segurança Nacional, que condena toda e qualquer doutrina comunista.

Sabem que quando dizem que alguém está promovendo a luta armada, é também uma forma de enquadrar na Lei de Segurança Nacional; sabem também que falar em luta de classe, é motivo de enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Por isso, sempre que aqui falamos e que se deixa uma margem para mal interpretar palavras, vem à tona expõe o Deputado da Oposição à Lei de Segurança Nacional.

Luta armada, Luta armada, o companheiro Fiori Luiz, como todos nós, temos tido a intenção de alertar o Governo, diante do perigo iminente, quando suinocultores, quando movimentos populares, pedem para dialogar sobre seus problemas e o Governo se fecha em si mesmo, torna-se intransigente diante de reivindicações, inclusive consideradas justas por toda a Casa, como o caso dos suinocultores.

Então, apela para as armas e desperta para a força. Depois, são os Deputados da Oposição que promovem a luta armada.

Luta de classe, qualquer sociólogo sabe que ela existe. E quando nós, Deputados, pertencentes a um Partido que justamente visa integrar, em seu quadro, todas as classes sociais para defendê-las, para criar uma harmonia, somos acusados de promover a luta de classe.

Sacerdotes e militares existem bons e maus. E pergunto a quem cabe julgá-lo, ao povo? Ao sacerdote sei que o único critério de julgamento é se ele está condizente com as verdades bíblicas. E que é, pela minha constituição das humanidades, constituição essa que não dá margem à Lei de Segurança Nacional, que não tem lei de exceção dentro dela. E é nesse sentido que os padres bons serão julgados. É por isso que o padre Vito expulso pela Lei de Segurança Nacional, mas temos certeza que foi absolvido pelos princípios bíblicos, pela Lei da Bíblia.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e também o esclarecimento que o Deputado Fiori Luiz deu à Casa, o que não seria necessário, porque todos entenderam, com toda a clareza, as colocações que ele fez, advertindo que, se não seguirmos o caminho pacífico e que a Oposição apregoa, como a convocação de uma Assembléia Constituinte Nacional, que deverá gerar um novo pacto social, diante de estruturas arcaicas que aí estão, que ultrapassaram inclusive a barreira de 64, porque, privilegiaram a a elite que poderia usufruir das benesses do Poder e, portanto arcaicas.

E que há necessidade desse novo pacto social e que a História também tem repetido por várias e várias vezes, que a sociedade dinâmica como é, na sua dinâmica permanente constante de renovação, ela tem que sofrer um processo de acomodação; ou será feito pela violência ou será feito pelo entendimento. O entendimento, Sr. Presidente, o entendimento, Srs. Deputados, é quando toda a sociedade participa desse processo e isso não está acontecendo. Quando os tutores da Pátria se impuseram pela força e pela violência em 64, pela força e pela violência se mantiveram, pelo casuismo estão se perpetuando no poder e aí está no ano de 1980, inespecíficos, aí estão nos anos pregressos casos específicos, mas também existe aquela afirmação que diz que quem legisla permanentemente pelo casuismo; pelo casuismo será esmagado.

Gostaria de nesse último minuto, Sr. Presidente, conce-

der 30 segundos ao Deputado Luiz Alberto.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Dos 30 segundos, gostaria de retificar uma colocação feita pelo Deputado Gernote Kirinus. Ele conhece muito bem a matéria, porque até tenho assistido pela TV os seus pronunciamentos. O Padre Santino Vito foi expulso do País em função da Lei do Estrangeiro e não da Lei de Segurança Nacional.

Não tive oportunidade de acompanhar todo o seu pronunciamento desde o início. Acompanhei a resposta que Vossa Excelência forneceu ao Deputado Gabriel Sampaio, a quem a Casa testemunha sempre uma luta em favor da redemocratização. Nunca o Deputado Gabriel Sampaio tentou estabelecer através de colocações, lutas armadas ou de insinuações de posições ideológicas de quem quer que seja, um certo patrulhamento ideológico que é próprio dos menos preparados, mas de qualquer forma, entendo que este conflito que existe na sociedade brasileira hoje, o conflito e a crise da suinocultura, o conflito e a crise na Igreja entre o poder temporal e o poder espiritual, é uma demonstração evidente, de que nós vivemos no Brasil, um regime democrático, porque Democracia é conflito, Democracia é divergência, Democracia e Parlamento é o convívio dos contrários e o entrelaço das idéias. Quando Vossa Excelência dizia por exemplo que a Pátria não é de ninguém, eu aplaudia intimamente a sua colocação e lembrava Rui Barbosa, que dizia que "a Pátria não é ninguém, a Pátria são todos", e realmente, do conflito das idéias, do conflito permanente entre as classes próprias do regime democrático, é que nasceram as conquistas democráticas recentes.

O problema não é estabelecer, creio, a paternidade das conquistas, naturalmente elas nasceram em função do reclamo da Nação.

Agora, Vossa Excelência há de concordar comigo, de que as bandeiras eleitorais da Oposição como a Anistia, AI-5, eleições diretas, foram trazidas pelo Governo e pelo Presidente Figueiredo, na medida em que encampou as idéias da sociedade brasileira.

Então o problema não é nós estabelecermos a disputa ou descobrir quem é que fez ou quem é que conquistou, mas de qualquer forma, há que se ter o reconhecimento de que se abriu o País, para vivermos num regime democrático com resquícios de autoritarismo ainda - o que nós concordamos - e contra o qual nós nos debelamos, nós que somos políticos eleitos pelo voto do povo e entendemos que a solução destes problemas de resquícios de autoritarismo nós haveremos de conseguir através do entendimento, do diálogo e inclusive, de uma data que há de ser uma data definitiva para a conquista democrática do Brasil, que é 1.982 com as eleições diretas.

Obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Vou concluir, Sr. Presidente, apenas agradecendo a colaboração de todos. E no instante, em que terminamos, Sr. Presidente, queremos também deixar um abraço fraterno a todos aqueles que conviveram durante mais um ano desde a Mesa até o Plenário, no ano legislativo de 1.980.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Palácios) — A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. Havendo declinado, consulta à Liderança do PP.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"É profundamente lamentável que tenhamos de ocupar hoje esta tribuna para abordar um assunto que não deveria ser objeto do pronunciamento desta Casa, já que ele se circunscreve à esfera esportiva. Contudo, quando esse problema ganha extraordinária dimensão e chega a apaixonar a opinião pública, somos levados a tomar uma atitude, a mais enérgica possível, para que não se perpetre uma grave injustiça que frustrará vasta população.

Queremos nos referir, Sr. Presidente, aos acontecimentos que hoje envolvem a decisão do Campeonato Paranaense de Futebol, em decorrência do que houve domingo último, o decisivo encontro entre as equipes de Cascavel Esporte Clube, da Cidade do mesmo nome e que temos a honra de representar nesta Assembléia Legislativa, e o Colorado, desta Capital, cujo desfecho agora está em mãos da Justiça Desportiva.

Consideramos totalmente errônea a forma com que se pretende enquadrar a representação do oeste paranaense nestes deploráveis episódios que tiveram apenas um ou dois responsáveis e lamentamos que também se queira estender, para toda uma briosa comunidade injustas pechas, só porque interesses de terceiros passaram a predominar tramando-se uma cilada ao time do Cascavel, tudo com vistas ao próximo campeonato nacional de Clubes em 81.

Chega a beirar o ridículo transformar este final do campeonato paranaense num pretório para julgar um incidente que já se transformou em corriqueiro expediente em gramados brasileiros.

Tudo por culpa de uma legislação mal elaborada. Grandes esquadrões do futebol brasileiro têm apelado a este aético recurso de provocar a redução de seu plantel em campo ao número de atletas que obriguem a interrupção da partida. Famosos craques que se atiraram ao chão diante de estarrecidas platêias, simulando contusões para determinar o final de um cotejo futebolístico. E não se viu nenhuma inquisição instaurada contra eles.

Não consentimos, igualmente, que um valoroso time que estreou no certame paranaense, ultrapassou todos os obstáculos, sem jamais dar um motivo que fosse para arranhar sua idoneidade, venha agora a ser punido por culpa de terceiros. Conquistando em campo, com méritos que ninguém pode discutir, todos os pontos necessários, o Cascavel Esporte Clube, classificou-se nas eliminatórias, no octogonal, foi o campeão legítimo do primeiro turno do Campeonato Paranaense e fez primorosas exibições na fase decisiva do quadrangular. O mesmo e respeitado adversário deste último domingo, o Colorado, foi por ele derrotado por duas vezes: em Curitiba, por 1 a zero, e em Cascavel, por 3 a zero. Ao longo desta admirável campanha o time do Oeste sobrepujou aguerridas e tradicionais representações de todo o Estado.

Para chegar a todas estas conquistas é preciso assinalar-se que não foi obra de um simples acaso.

Houve um esforço coletivo de toda uma comunidade que nunca poupou apoio incondicional a uma ambiciosa e justa aspiração, a de ter o nome do Oeste inscrito no maior torneio de futebol do mundo, a Copa Brasil. Apesar de possuir um estádio improvisado, o Cascavel ofereceu grandes arrecações. Agora, essa praça desportiva está passando por profundas reformas para receber as equipes brasileiras campeãs. O Prefeito Jacy Miguel Scanagatta não tem medido sacrifícios para que essa aspiração popular seja concretizada e propôs ao Legislativo a abertura de um crédito especial para a atender despesas com as arquibancadas, crédito já aprovado por unanimidade pelos Srs. Vereadores. Enquanto isso, vai sendo implantada rapidamente a infra-estrutura do colossal estádio olímpico regional, com capacidade inicial de cinquenta mil espectadores. A sua terraplanagem está finalmente concluída e os serviços de gramação já contratados junto à Empresa que executou idêntico trabalho no Estádio do Beira-Rio do Mar-

canã.

Cerca de dois milhões e quinhentos mil habitantes das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná desejam assistir de perto a exibição dos consagrados craques do futebol brasileiro.

O Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Sr. Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, tem se mostrado um ardoroso defensor da integração do futebol. O Cascavel Esporte Clube, veio representar o mais recente elo desta integração, como único e legítimo representante do Oeste e Sudoeste do Estado, região tão sofrida por uma série de adversidades, desde o confisco da soja, ao drama dos suinocultores, desde as expropriações das terras a serem inundadas por Itaipu à tragédia das reservas indígenas. Apesar disso tudo, constrói-se uma civilização assentada no trabalho árduo de uma agricultura que responde com um quarto da produção nacional e que representa a maior contribuição mundial de soja. A união e os estados arrecadam impressionantes somas em tributos nesta casta área, que hoje também cresce verticalmente, nos perfis urbanos de suas cidades. A educação ganha novas dimensões e já se cogita da implantação da Universidade Rural do Oeste.

Perguntamos, portanto, Sr. Presidente, as populações da região que aqui representamos, ao lado de outros nobres Deputados que também comungam com nosso ponto de vista, merecem ser agora penalizadas, privando-as de festejar seu legítimo título deste ano?

Hoje derradeiro bálsamo para mitigar as vicissitudes de uma fase tão cruel que a Nação brasileira está passando o futebol, de todas semanas, o carnaval de todos os anos.

Se a Confederação Brasileira de Futebol, a CBF, hoje sob a Direção ponderada do Sr. Giulite Coutinho, decidiu que doravante só prevaleceriam critérios técnicos da classificação dos times, assegurando-se a participação na Copa Brasil àqueles que tiveram a supremacia em campo, e mais que indiscutível que o Cascavel Esporte Clube, sendo aliado da taça de ouro, ficará evidenciado que voltamos, desgraçadamente, àqueles critérios políticos que tanto infelicitaram o esporte nacional, quando o campeonato brasileiro não passava de um "Clube de Convidados".

Negar-se ao Cascavel o título de Campeão de 1980 e despojá-lo de seus direitos de representar o Paraná junto com outros times já classificados para a taça de ouro será trair a confiança dos que acreditam ainda que os regulamentos foram feitos para ser cumpridos.

Manifestamos, pois, Sr. Presidente, a nossa esperança de que a Federação Paranaense de Futebol, tanto quanto a CBF, isentas de qualquer influência estranha, não tomará outra decisão do que a do resguardo dos direitos de quem realmente soube conquistá-los. Contudo, se os direitos do futebol de Cascavel e de todo o interior forem esbulhados por qualquer tipo de trama ou artifício, aqui voltaremos para condenar os seus autores com a maior veemência possível e proclamar que o futebol neste País ainda não superou a fase dos embustes e dos aconchavos."

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero cumprimentá-lo nobre Deputado, e se existe algum receio de abordar esse problema da tribuna, não fique com receio não. Futebol no Brasil, hoje, é problema de segurança nacional. É o esporte que nivela o preto com o branco, o pobre e o rico. É a descarga psíquica do sofrido povo brasileiro.

Futebol é uma coisa que está na alma do povo, no sangue do povo. E por que não abordar também esses problemas aqui?

E eu lhe dou total solidariedade, a Cascavel, porque entendendo que atitudes inconfessáveis de duas ou três pessoas não podem ser em detrimento daquela grande região de Cascavel, que já deveria estar disputando grandes campeonatos há muito tempo, há anos atrás

O campeão de direito é o Cascavel, porque o regulamento lhe faculta, lhe dá este respaldo. Agora, o que não podemos colocar, é que uma população possa ser prejudicada em função de atitudes que o público esportivo conhece.

Porque a melhor campanha do certame deste ano inquestionavelmente, indiscutivelmente, foi do Cascavel. Conquistou no campo técnico a sua chance de disputar a finalíssima do campeonato.

Estou com Vossa Excelência, com Cascavel, com o Corinto, que também teve uma participação brilhante.

Vamos aguardar o julgamento desta noite, para tenhamos uma definição.

O que não se pode é condicionar a disputa de um torneio estadual à não participação de Cascavel numa Copa Brasil.

Entendo que um é de alçada doméstica, local e eu acredito que o Cascavel vai disputar o campeonato brasileiro.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Agradeço o aparte do Deputado Fiori Luiz que inclusive é muito mais enriquecido, porque todos temos conhecimento da grande experiência das lides esportivas e o trabalho que Vossa Excelência prestou e vem prestando junto à crônica, principalmente esportiva de nosso Estado.

O Sr. Renato Bueno — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Vossa Excelência tem apenas um minuto para concluir sua oração.

O Sr. Renato Bueno — Nobre Deputado, rapidamente também quero apresentar a Vossa Excelência a minha solidariedade, no tocante a este assunto que apaixona indiscutivelmente o nosso povo.

Nós, como representantes aqui de Cascavel, como Vossa Excelência, não poderíamos absolutamente ficarmos silenciosos no que diz respeito a este assunto.

É lamentável indiscutivelmente que Cascavel, uma cidade pujante, uma região de um desenvolvimento extraordinário, de um povo operoso, esteja à mercê, desfigurando a sua imagem por certos elementos de mau caráter, pode-se dizer assim.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Agradeço o aparte do Deputado Renato Bueno e agradeço o seu apoio, já que junto conosco e com o Deputado Tolentino, somos legítimos representantes de Cascavel nesta Casa.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência e quero de imediato, por causa do tempo, cumprimentá-lo e, mais uma vez de público, afirmar o que já disse pessoalmente a Vossa Excelência porque já há no Paraná matéria decidida sobre este caso.

Foi o caso de Paranaíba que teve o mesmo problema que Cascavel, e não ocorreram notícias, como estão ocorrendo que Cascavel vai ficar fora de taça.

Se os critérios técnicos, como ocorreu com o caso do Coritiba, como ocorreu com o caso de Palmeiras, o Cascavel quando muito, poderá perder dois pontos no jogo e ser considerado de direito campeão e não se discute mais.

O resto é interesse política subalterno que ainda não conseguimos destacar.

Isto ficará para um julgamento futuro mas, por hora, fico com Vossa Excelência e com Cascavel que é um time do interior, mostrou pujança, força.

O que não pode é a imprensa - e faço até um aparte à imprensa para desmistificar determinadas coisas que tem do futebol da Capital e criando mais dissabores para a mídia e para o Cascavel que vem gozando nos últimos tempos, é um clube

que faço à imprensa para evitar que o interior seja massacrado por interesses de outras esferas.

Muito obrigado.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Agradeço o aparte do Deputado Tolentino.

Gostaríamos de continuar dizendo que apesar disso tudo, nós concordamos plenamente com o posicionamento do Deputado Tolentino e aceitamos qualquer medida tolentina quanto ao resultado do jogo do último domingo.

Mas jamais aceitaremos que este posicionamento possa prejudicar a participação do nosso clube no Campeonato Brasileiro.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DAVID CHERIEGATE — Infelizmente não é possível.

Solicito desculpas ao Deputado Nestor Baptista, porque estamos em cima da hora.

Era só.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 313/77, que institui normas na elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, disciplina o montante de verbas destinadas aos Gabinetes de Representação e estabelece obrigatoriedade de depósito das verbas deste Poder junto ao Banco do Estado do Paraná S/A. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 313/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — A proposta orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, após a sua elaboração, deverá ser encaminhada para parecer da Comissão de Orçamento, até o dia 31 de maio do ano imediatamente anterior ao fixado para o início de sua vigência.

§ 1.º — A Comissão de Orçamento abrirá prazo de 5 (cinco) dias para reformulações, as quais deverão ser apresentadas com justificativas circunstanciadas.

§ 2.º — Vencido o prazo para as reformulações, a Comissão de Orçamento terá o prazo de 8 (oito) dias para emitir o parecer e enviar à deliberação do Plenário.

§ 3.º — A proposta será submetida à apreciação do Plenário em uma única discussão e votação.

§ 4.º — A proposta deverá ser devolvida à Comissão Executiva até o dia 30 de junho do ano anterior ao fixado para início de sua vigência.

Art. 2.º — Os Gabinetes de Representação terão direito a créditos no elemento 3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS, sub-elemento 3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros e Encargos, não podendo ultrapassar, anualmente, aos seguintes montantes:

a- Presidência 420 valores de referência

b- 1a. Secretaria 380 valores de referência

c- 2a. Secretaria 320 valores de referência

d- 1a. Vice-Presidência 110 valores de referência

e- 2a. Vice-Presidência 90 valores de referência

f- 3a. e 4a. Secretarias e

Liderança do Governo - cada . . . 80 valores de referência

g- Lideranças dos

Partidos políticos 400 valores de referência

§ 1.º — Os valores de referência, para cálculo do disposto no "caput" deste artigo, serão adotados no dia 1.º de maio do ano imediatamente anterior para o início da vigência dos créditos.

§ 2.º — Os créditos destinados no item "g" do "caput" deste artigo, serão divididos entre os Gabinetes de Representação das Lideranças dos Partidos Políticos, proporcionalmente ao número de Deputados de cada bancada, não podendo, contudo, ser inferior a cinquenta e nem superior a cento e dez valores de referência o destinado a cada Liderança dos Partidos Políticos.

§ 3.º — A Comissão Executiva alocará, subdividindo os recursos, nos itens do elemento constante do "caput" deste artigo.

§ 4.º — Aos titulares dos Gabinetes de Representação caberão quotas proporcionais ao tempo de exercício do mandato.

Art. 3.º — Os recursos financeiros destinados à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deverão ser depositados e movimentados em agências do Banco do Estado do Paraná S.A.

Art. 4.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1.980.
(a) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
(a) TRAJANO BASTOS, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 60/80, que visa regulamentar o Serviço de Segurança da Assembléia Legislativa. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — O Serviço de Segurança criado pela Resolução n.º 01/63 e estruturado pela Assembléia através do Decreto Legislativo n.º 187/80, com poderes que lhes foram outorgados pelo art. oitavo, da Lei n.º 7.289, de 27 de dezembro de 1.979, será subordinado administrativamente à Diretoria Geral.

Art. 2.º — Integrarão o Serviço de Segurança, funcionários especializados do Quadro de Pessoal da Secretaria, recrutados e designados pela Diretoria Geral.

Art. 3.º — O Serviço de Segurança terá como Coordenador Geral, um funcionário público civil ativo, de nível superior que tenha certificado de conclusão do Curso de Criminologia da Escola de Polícia do Estado do Paraná.

Art. 4.º — As normas técnicas de funcionamento serão propostas pelo Coordenador Geral ao Diretor Geral da Assembléia o qual após aprová-las, baixará Portaria estabelecendo as respectivas condições.

Art. 5.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1.980.
(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
TRAJANO BASTOS, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 47/80, que denomina de Professora Elzira Correia de Sá, a unidade escolar do

2.º grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 47/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada de "PROFESSOR ELZIRA CORREIA DE SÁ", a Unidade Escolar do 2.º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1.980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

TRAJANO BASTOS, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 150/80, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor Marcos Augusto Enrietti.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 150/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor MARCOS AUGUSTO ENRIETTI.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1.980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

TRAJANO BASTOS — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Ronaldo Mileu do Prado, ocorrido em Cornélio Procopio.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de louvor

pela comemoração do Jubileu de Prata do Município de Rondon.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de aplauso e louvor ao Programa "A Voz do Povo" levado ao ar através da Rádio Tapajós de São José dos Pinhais, bem como ao seu apresentador, radialista Jorge Nassar.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha do Paraná" por ter completado a sua centésima edição ininterrupta.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à 1a. Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, pelo transcurso do seu Jubileu de Prata.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo melhorias no aparelho policial do Município de Toledo, conforme aprovação pela Câmara Municipal de Toledo de requerimento do Vereador Wilmo Marcondes.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo no sentido de ser remetida a esta Casa, entre as matérias a serem deliberadas dentro do período de convocação extraordinária, a Mensagem que dispõe sobre a aposentadoria e pensão dos Serventuários da Justiça.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, sexta-feira com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.